



A COMPLEXIDADE E IMPACTOS DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO REVELADOS PELO OLHAR LOCAL E SOB O PRISMA TERRITORIAL

Leonardo Petrilli
Celso Maran de Oliveira

RESUMO

A atividade de mineração, especialmente na Amazônia, apresenta desdobramentos e impactos socioambientais de grande complexidade, que são relativizados frente à impressão equivocada de desenvolvimento gerada pelas grandes indústrias e disseminada pelo Estado. Neste sentido, o presente trabalho utiliza-se da literatura especializada em territórios, buscando atribuir um enfoque local sobre os problemas sociais e ambientais existentes nestes ambientes, para ampliar o conhecimento sobre os desafios do desenvolvimento em nível local. Apresenta-se a face social da mineração na América Latina e especialmente no Brasil e tece uma análise sobre o poder e as disputas territoriais nesses ambientes e, finalmente, objetiva contribuir com a difusão de conhecimento para a construção de enfrentamentos.

Palavras-chaves: Mineração. Impactos. Territórios. Desenvolvimento local.



1. Introdução

A mineração é uma importante atividade para a economia brasileira, que ainda baseia-se no setor primário e extrativista, com destaque para os estados de Minas Gerais e Pará. Essa atividade estende-se para outros países da América Latina e da Amazônia Legal, cujo solo detém uma grande riqueza mineral. No Brasil, a Amazônia compreende nove estados localizados principalmente na região norte, que abriga ecossistemas importantes, assim como populações, comunidades, dinâmicas sociais e empreendimentos industriais de grandes proporções.

A alta concentração de recursos naturais nessa região, como a água e minérios, fizeram com que o governo brasileiro, historicamente, voltasse a atenção para a Amazônia como detentora de riquezas e passível de exploração para o “desenvolvimento” do país. No sentido contrário, Coelho (2010) destaca que a exploração de recursos minerais tem baixa, ou quase nenhuma agregação de valor e contribui para a destruição do patrimônio natural, social e cultural.

No período civil-militar, em meados dos anos de 60 e 70, houveram programas de incentivo à industrialização e aquilo que os neoliberais chamam de progresso, ou seja, a intensificação de atividades econômicas naturalmente predatórias. Nesse contexto, surgiu a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, ligada diretamente ao governo federal e com a intenção de intensificação da exploração daquela região e instalação de indústrias de energia e mineração, como o Projeto Grande Carajás. Palheta et al. (2017) ressaltam que esse período foi um “divisor de águas” da história da região amazônica.

Assim, surgiram grandes empreendimentos como as usinas de Tucuruí e Belo Monte e a mineração em Carajás e Oriximiná, todos no estado do Pará. Esses empreendimentos provocaram alterações irreparáveis ao meio-ambiente, tanto nos aspectos da biodiversidade, quanto às modificações sociais. Nas décadas seguintes, essa região recebeu um grande fluxo migratório de pessoas de diversas regiões do país em busca de trabalho e renda, assim como conflitos de interesses pelo uso da terra com comunidades tradicionais, indígenas e outros povos.

O presente trabalho evidencia essas relações conflituosas existentes em ambientes de mineração e busca o campo de investigação sobre territórios e poderes locais para elucidar que essa abordagem é necessária para melhor entendimento das dinâmicas sociais existentes nesse contexto, atentando-se para além de impactos ambientais, entendendo as dimensões social e cultural.



2. Referencial Teórico

2.1. *Mineração: Imposição de Dinâmicas e Poderes Globais*

Nesta seção, é apresentado um breve panorama transnacional sobre a atividade de mineração e os seus desafios. O título atribuído à este espaço já prenuncia que os impactos causados por esta atividade vão muito além do meio natural e estende-se para implicações sociais, culturais, simbólicas, etc. Além disso, como poderá ser visto adiante, os autores entendem o ambiente sem dissociação entre natureza e sociedade.

Ao analisar o ambiente em questão, os estudos que investigam os desdobramentos sociais causados pela atividade de mineração, remontam às origens das atividades extrativistas nos países do hemisfério Sul e da América Latina, que estabeleceram-se na lógica colonialista, ou seja, de exploração e apropriação de recursos pelos países colonizadores. Assim, a forma de extrativismo, apropriação e exportação dos recursos e dos lucros, geraram diversas consequências até os dias atuais, que ainda refletem relações de poder abusivas sobre populações pobres e alienadas em seu próprio espaço geográfico.

Essa ordem colonial de exploração de recursos, nos dias atuais é denominada na literatura como “neocolonial”. Ao que parece, esse termo apenas situa como atual uma prática que acontece desde a colonização e o que diferencia daqueles tempos é que as práticas predatórias são disfarçadas em prol do desenvolvimento.

Araóz (2020) em uma de suas obras, na qual ele denomina a mineração como “genealogia do desastre”, ressalta que a história vem se repetindo por governos que acreditam que a “máquina extrativista” é a única alternativa para o desenvolvimento.

Quando há uma produção satisfatória e maior repasse ao governo municipal, isso ativa “fantasias”, e alimenta políticas “megalomaníacas” a acreditam que as grandes obras são a face do desenvolvimento e isso justifica tamanha extração, assim, “não há limites, pois colocar limites às atividades extrativistas equivale a autolimitar o desenvolvimento” (ARAÓZ, 2020).

Desta forma, firmados na acreditação de que a devastação socioambiental causada pela abertura de novas minas a qualquer instante, é irrelevante perante a “fé na promessa do desenvolvimento infinito e a cobiça que se faz passar por prosperidade”, crença na qual o bem estar que se confunde com consumo, gerando a mera mercantilização do desenvolvimento, expandindo as fronteiras do neoextrativismo (ARAÓZ, 2020; SVAMPA, 2019).

A corrida extrativista, que aumenta os níveis de retiradas de minérios dos solos amazônicos e de países da América Latina, parece não resultar naquele desenvolvimento



sustentado como justificativa para tais atividades, com um lucro cada vez maior para empresas estrangeiras, igualmente proporcional à vulnerabilidade social vista nesses ambientes.

O conflito clássico e latente da desigualdade é ilustrado pelo caso clássico do Paradoxo de Potosí, pequena cidade mineradora do Sul da Bolívia, país que é o segundo produtor mundial de estanho, com grandes reservas de ferro e zinco, assim como outros minérios, até ouro e prata, tem um dos piores índices de renda per capita, alfabetização e expectativa de vida. Esse paradoxo é entendido como “a maldição da abundância”. As estratégias primário-exportadoras provocam sobre o tipo de mudança e os (des)incentivos à diversificação e à industrialização se traduzem em um determinismo geográfico, um destino, uma fatalidade, uma condição. Esse raciocínio, de extremo simplismo, enxerga a região como “alta dotação de recursos naturais” (ARAÓZ, 2020). Assim, os territórios de mineração formam-se fadados à super exploração econômica industrial e à sub valorização da mão de obra e dos elementos sociais. Esta equação é desenhada pelo próprio Estado, que dentro da sua ação imediatista e subordinada aos grandes grupos empresariais transnacionais, fornece condições para a entrada dessas empresas e confere à elas o poder industrial e econômico sobre os territórios, causando disputas de poderes e forças prevalentes.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi o marco de um novo momento da atuação de empresas na Amazônia. A ação do Estado, antes produtor, passou a se localizar na constituição das condições institucionais, legais, de infraestrutura e financeiras à exploração dos empreendimentos privados, ou seja, “do saque” (MARQUES, 2019).

Svampa (2019) ressalta que em “termos sociais, a configuração de territórios extrativos se traduz no deslocamento do tecido econômico e social prévio e na consolidação de uma forte estrutura de desigualdades que inclui diferentes aspectos”.

Assim, observa-se formas extremas, ou seja, o surgimento de novas territorialidades, em que a marginalidade e a convivência em relação ao Estado central se combina ao extrativismo depredador e à busca do lucro extraordinário (SVAMPA, 2019).

2.2. Territórios, Territorialidades e Poder

Na seção anterior, o trabalho apresenta uma breve investigação teórica sobre a indústria de mineração e as consequências sociais que ela pode apresentar ao seu território e às populações do em torno. É importante reafirmar ainda que o conceito de “território” e as suas subjacências são centrais para os autores, uma vez que a proposta é expandir a investigação sobre os impactos da mineração para aquelas populações, muitas vezes



invisíveis, necessitando de um olhar mais aproximado e minucioso para estas regiões, ou seja, um olhar local.

O termo recebe diversos entendimentos, usos e conceituações e, aqui discorre-se desde o entendimento simples, até o prisma das relações de poder, que faz tanto sentido à atividade estudada. Percebe-se ainda que os autores adotam as nomenclaturas “ambiente” e “território” ao referir-se ao cenário de estudo, fazendo usos diferenciados.

O ambiente carrega elementos de natureza social, transcendendo o mero espaço físico ou geográfico. Os pesquisadores, assim como os autores deste ensaio, defendem que não é possível separar meio-ambiente e sociedade, o que, segundo Souza (2019), traz o entendimento da complexidade do ambiente. Para o autor, o ambiente, é, para a humanidade, tudo aquilo com o que ela interage, “sendo fruto da (re)transformação, (res)significação e reapropriação incessantes da primeira natureza mediante as relações sociais, e inclui, necessariamente, os seres humanos”.

Ambientes são transformados pelas relações sociais e “hominizados”, tornados parte integral do mundo humano, sem que “jamais” seja possível eliminar ou subordinar inteiramente as forças, estruturas e dinâmicas. As relações sociais que ocorrem nos ambientes podem incorrer em relações de poder, acontecendo de diversas formas, até autoritárias e sob a dominação ou de forma autônoma, quando as relações são horizontais e democráticas (raríssimos casos) (SOUZA, 2019).

À medida que as relações de poder se projetam sobre o espaço, observa-se a formação de territórios. Esse é o primeiro entendimento sobre o termo central deste trabalho: o prisma das disputas de poderes (SOUZA, 2019; ALBAGLI, 2004).

No sentido dessas lutas, Haesbaert (2021) afirma que o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (p.161).

À medida que os movimentos de minorias e comunidades se articulam para representar os direitos e necessidades dos seus povos frente às relações imperativas e prevalentes, incorre-se na enunciação ou no exercício da voz daquele grupo no território. Os espaços de enunciação são os lugares públicos e/ou pertencentes a pequenos grupos para exercer a voz social (SOUZA, 2019). É como uma autoafirmação perante às violências individuais e coletivas exercidas por atores mais fortes. Assim, incorre-se na territorialidade, que expressa o sentimento de pertencimento e um modo de agir e de existir no âmbito do território (ALBAGLI, 2004).

A territorialidade reflete, portanto, o “vívido territorial” em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. Entremeiam-se o processo



e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, entendendo-se que todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais” (ALBAGLI, 2004, p. 29).

O território, então, é muito além dos limites e da lógica estatal, com uma centralidade na “questão da defesa da própria vida, da existência e de uma ontologia terrena” Haesbaert (2021). Segundo o autor, essa luta é em decorrência de um modelo capitalista extrativista de “devastação e genocídio” que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida (p.162).

Essa luta pela existência e as territorialidades exercidas mudam de acordo com cada povo e as suas tradições, o que é especialmente importante para este trabalho, já que os autores utilizam do conceito de territórios para entender as forças e lutas no ambiente de mineração.

Neste sentido, Mora (2012), lembra que os indígenas, por exemplo, lutam por manter sua identidade, na qual, o território é um elemento vital, uma vez que lhes foi herdado ancestralmente. A autora realizou um trabalho com os “Nasa”, povo indígena da Colômbia, no qual entender a territorialidade desse povo, incorria em conhecer as dimensões políticas, econômicas e simbólicas do território.

Santos (1999) apud Santos et al (2020) na mesma direção, esclarece que território é chão e identidade, ou seja, o sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence”.

3. Considerações Finais

O presente trabalho apresenta-se como um ensaio teórico, no qual objetiva ampliar o olhar e entendimento sobre as dinâmicas humanas e sociais existentes em ambientes de mineração, estabelecendo a necessidade de utilizar o conceito de “território” para uma investigação em nível local, observando assim, detalhes obscuros das consequências dessa atividade.

Ao estabelecer um olhar sob essa óptica conceitual, é conferido um mecanismo mais sofisticado, com mais instrumentos de análise, transcendendo a esfera ambiental, que é mais lembrada ao referir-se aos danos causados pelas atividades humanas predatórias. Assim, os “prejuízos” menos lembrados são revelados, como a perda de identidade e a interferência cultural, que modifica o ambiente e os símbolos importantes para os povos tradicionais.



Esses impactos sociais são alterações nas dinâmicas locais impostas pela lógica capitalista industrial de grandes projetos e empreendimentos, tão bem ilustrados pela abertura de parques extrativistas no interior da Amazônia, por exemplo.

É sob essa hermenêutica que nos aproximamos da realidade em torno desses ambientes e das relações e dinâmicas estabelecidas em decorrência da interferência e das consequências intrínsecas à atividade. Assim, a literatura especializada, muitas vezes marginalizada por fazer enfrentamento à lógica hegemônica e, realizar uma investigação elucidativa, contribui para que seja possível conhecer o processo de formação social nestes ambientes encontrados nos países do hemisfério sul, com economias extrativistas justificadas pelo desenvolvimento [idealizado].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, et al. Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro : Relume Dumará / Brasília, DF : SEBRAE, 2004.

ARÁOZ, H, M. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

COELHO, M. C. N. et al. Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

HAESBAERT, R. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2021. (PDF)

MARQUES, G. S. Amazônia: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MORA, M. I. B. Territorialidade nasa em Bogotá: percepção, apropriação e sentido de lugar. Revista Colombiana de Geografia. V.21, n.1., 2012. (p.83-98).

PALHETA, J. M. et. al. Conflitos pelo uso do território na Amazônia mineral. Revista Mercator, Fortaleza, v.16, 2017.

SANTOS et al. Governança territorial e capital social para o desenvolvimento regional sustentável. In: SANTOS, L. B; MALACARNE, R. Desenvolvimento regional sustentável: revisar conceitos para construir novas alternativas. Curitiba: Editora CRV, 2020 (p.20-40).

SOUZA, M. L. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2019.



SVAMPA, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.